



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**19/10/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. SEM ASSUNTO.....	3
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. SEM ASSUNTO.....	4
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. SEM ASSUNTO.....	5

# STF proíbe juízes de elevar salário de servidor público

PÁGINA 3

# STF proíbe juízes de elevar salário de servidor público

O Supremo Tribunal Federal poderá receber nos próximos meses uma enxurrada de reclamações de governos estaduais e de administrações municipais contra aumentos nos vencimentos de servidores concedidos pelas instâncias inferiores do Judiciário.

Na quinta-feira (16), o STF aprovou, por unanimidade, a Súmula Vinculante nº 88. O dispositivo obriga juízes e tribunais a seguirem a diretriz do Supremo, que proíbe o Judiciário de aumentar o vencimento de servidores públicos com base na isonomia – princípio segundo o qual todos são iguais perante a lei e que não deve haver distinção entre os que se encontrem na mesma situação.

“A aprovação da Súmula

Vinculante permitirá que a administração pública questione diretamente perante o STF, por meio de reclamação. Algumas decisões não chegavam a ser revistas pelo STF antes por óbices processuais, que agora deixam de existir”, afirma Ana Paula de Barcellos, professora de Direito Constitucional da UERJ.

Ela concorda com a avaliação de ministros do Supremo de que é muito provável que “chovam” reclamações vindas de toda parte do país.

“Aparentemente, o STF está disposto a recebê-las e a exigir cumprimento desse entendimento, que já havia sido consolidado pela Corte há vários anos”, diz Barcellos.

Vigora no STF desde dezembro de 1963 a Súmula 339, que determina que “não cabe ao Poder Judiciário, que

não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia”. Mas era comum a orientação ser desrespeitada, principalmente pelo Judiciário nos Estados.

Com base em legislação local, os tribunais estaduais atendiam pedidos de equiparação salarial formulados por categorias de servidores.

Ao obrigar o cumprimento da Súmula 339 pelas instâncias inferiores, o STF reforça a diretriz de que a Justiça não tem função legislativa. Segundo admitiu um ministro do Supremo, seria uma forma de combater a cultura de remediar defasagens salariais por meio de decisão judicial.

É mais provável que as reclamações envolvam decisões da Justiça Estadual e

Federal, que em geral apreciam questões envolvendo servidores públicos. Mas não é impossível que decisões da Justiça do Trabalho também sejam alvo de reclamação, caso tratem do tema.

Em geral, a súmula abre caminho para reclamações sobre decisões que ainda não transitaram em julgado – quando ainda cabe recurso.

Vários juristas entendiam que o Judiciário não poderia deixar de intervir quando o Legislativo e o Executivo davam tratamento diferente à questão da isonomia.

Eram contrários à Súmula 339, por entender que o Judiciário não estaria legislando, mas exercendo função jurisdicional. Outros juristas sustentavam que o Judiciário usurpava prerrogativa do Legislativo ao dar aumentos.

## Editorial

# Economia e crise nos transportes

**A** edição deste domingo de *O Estado* traz uma notícia positiva, sob o ponto de vista econômico: o Maranhão conta atualmente com 99 mil micro e pequenas empresas, destacando-se que desse total mais de 80 mil são microempreendedores individuais. Os dados são detalhados pela Editoria de Economia. Em contrapartida, uma notícia negativa para a população de São Luís, como aponta matéria publicada pela Editoria de Cidades, revela as consequências da crise no setor de transporte público da cidade. Termina amanhã o prazo fixado por Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pela Prefeitura em 2010, proposto pelo Ministério Público, para pôr fim à crise no setor. O TAC foi alvo de aditivos várias vezes, durante esse período, já que a Prefeitura nunca cumpriu o acordo firmado.

Caso o Município não cumpra as determinações fixadas no Termo de Ajustamento, no caso a publicação de edital para a contratação de empresas para a prestação desse serviço, a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, informou que acionará a Justiça pedindo intervenção na Secretaria de Trânsito e Transporte. A intenção da promotora é dar sequência ao processo licitatório.

O problema no setor do transporte público da capital maranhense não é novo. E vem se agravando a cada gestão, sem que uma solução seja adotada pelo poder público para resolvê-lo definitivamente. Medidas paliativas, ao longo das gestões, foram praticadas, mas nunca se chegou a uma solução final. Em contrapartida, a população continua a sofrer as consequências, já que a frota de ônibus está, atualmente, comprovadamente de-

fasada, conforme atestam autoridades e membros da própria administração municipal.

A Editoria de Política de *O Estado* faz uma análise sobre as repercussões do resultado da eleição presidencial, seus refle-

**O futuro governador adotou um método novo para anunciar os nomes dos integrantes de sua equipe: recorreu às redes sociais** xos no Maranhão, envolvendo principalmente os partidos da base de sustentação do futuro governo. Também aponta o provável rumo político do prefeito de São Luís. Faz ainda um

balanço sobre as indicações dos primeiros nomes do secretariado do governador eleito Flávio Dino. O futuro governador adotou um método novo para anunciar os nomes dos integrantes de sua equipe: recorreu às redes sociais, impedindo assim que a notícia sobre esse ou aquele nome venha a ser anunciado por outra fonte, que não ele próprio.

No Caderno de Esportes, o grande destaque é o jogo do Moto Clube contra o Tombense, pelas quartas de final da Série D do Campeonato Brasileiro. A partida será realizada em Minas Gerais e vale uma vaga de acesso à Série C. Diante dessa responsabilidade, o Papão precisa lutar para garantir a vitória.

O Caderno Dom destaca nesta edição o "Outubro Rosa", campanha cuja proposta essencial é promover o combate ao câncer de mama, que mais mata mulheres em todo o mundo, de acordo com dados oficiais. O Caderno Alternativo destaca os principais eventos culturais que acontecerão ao longo da semana, como shows, filmes e eventos na área de dança. E ainda uma matéria especial sobre o centenário do médico e político Alfredo Duailibe, assinada pelo jornalista e pesquisador Benedito Buzar.

## RESSOCIALIZAÇÃO

# Cursos são oferecidos às internas do Presídio Feminino

Cursos nas áreas de Informática, Mosaico e Depilação estão sendo oferecidos às internas do Presídio Feminino no Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís. A iniciativa faz parte das ações do Programa Começar de Novo, desenvolvido em parceria entre as secretarias de Estado de Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), da Mulher (Semu) e Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Com a ação, mais de 40 mulheres estão sendo beneficiadas.

Os trabalhos, coordenados pelo Núcleo Educacional para Referência e Capacitação de Mulheres em Situação de Prisão (Nued), da Semu, dentro da política de ressocialização do Sistema Prisional. Em cada curso, estão inscritas 15 internas. Os três cursos totalizam 196 horas/aulas - sendo 96 horas o de Mo-

saico, 40 de Depilação e 60 de Informática.

A diretora do Presídio Feminino, Ana Silvia Rodrigues de Sousa, falou da importância dos cursos a fim de proporcionar capacitação profissional às detentas. Segundo ela, a iniciativa vem contribuir para uma verdadeira mudança no comportamento dentro e fora da unidade. "Daqui a algum tempo, quando elas estiverem devidamente capacitadas, que a sociedade seja inclusiva em relação a essas mulheres, abrindo as portas e dando oportunidade a elas", destacou.

**NA PRÁTICA** - Os cursos, que mais se assemelhavam a laboratórios práticos das atividades, proporcionaram às internas a aprendizagem prática nas áreas de informática, mosaico e depilação. No laboratório de informática, por

exemplo, as apenas estão recebendo conceitos sobre softwares e hardwares. Além disso, elas aprenderam a manusear o sistema operacional Windows 8 e a trabalhar com programas como Word, Excel e Power Point.

**APRENDIZADO** - O instrutor do curso, Joel da Silva Nascimento, explicou as etapas do curso. "Como muitas delas estão tendo contato pela primeira vez com o computador, estamos partimos do início explicando como ligar, desligar a máquina, conceitos essenciais que ajudaram no entendimento e a trabalhar com programas básicos", contou.

Já no mosaico, as alunas foram capacitadas a fazerem peças decorativas para estampas de mesas e outros objetos. A técnica, que consiste no trabalho artesanal de customização, pintura e

criação de telas, vasos e vários outros objetos, pode se tornar uma fonte de renda muito boa.

"A proposta é fazer com que essas internas ao saírem daqui possam, quem sabe, ter suas próprias fontes de renda com a fabricação do produto e até a montagem de seus ateliês", afirmou a professora do curso, Maria Nogueira.

No segmento de beleza estética, as internas foram instruídas ao procedimento de depilação. Na oportunidade, elas aprenderam as instruções básicas para antes, durante e depois do procedimento, designe de sobrancelha, contorno, depilação de axilas e outras técnicas. "O curso é destinado ao público feminino e elas estão se especializando para trabalharem na área", comentou a instrutora do curso, Leidiane Soares.

## Academia

O advogado Sálvio Dino e a desembargadora aposentada Josefa de Santana disputam dia 14 de novembro a cadeira de número 19, que pertencia ao desembargador Leomar de Souza, na Academia Maranhense de Letras Jurídicas, presidida por Raimundo Marques. Caso Sálvio seja eleito, esta será a primeira vez que um membro da Academia Maranhense de Letras migrará para a AMLJ, que, em contrapartida, já cedeu quatro à AML: Lourival Serejo, Milson Coutinho, José Carlos Sousa e Silva e Alberto Tavares.